



## Artigos/Articles

### Abstrações computacionais e identidades em arquivos coloniais e pós-coloniais

*Computational Abstractions and Identities in Colonial and Postcolonial Archives*

Vinícius Vargas Vieira dos Santos<sup>1</sup>

#### RESUMO

---

Neste artigo, investigam-se contradições presentes em plataformas digitais hegemônicas que, simultaneamente, promovem interesses neoliberais e ideologias progressistas de igualdade, liberdade e empoderamento social. Com base em uma revisão de Povinelli (2011; 2023) sobre semiocapitalismo, arquivos coloniais/pós-coloniais e o conceito de “quase evento”, o texto analisa como abstrações (Selbst *et al.*, 2019; Malazita; Resetar, 2019) e *affordances* computacionais contribuem para a falta de reconhecimento e autonomia de usuários/as. A abstração computacional é abordada aqui como um mecanismo que, ao suprimir aspectos identitários e sociais, restringe a participação de grupos marginalizados e permite a captura, mensuração e comercialização de dados pessoais. Assim, no artigo, evidencia-se que, apesar das promessas de emancipação frequentemente associadas à *web*, essas permanecem em estado de latência, enquanto interesses de mercado continuam a prevalecer. Em contrapartida, o texto também apresenta formas de resistência, como os softwares indígenas descritos por Povinelli (2011; 2023), que, ao incorporar identidades de usuários/as como entrada no algoritmo, sugerem alternativas às interfaces hegemônicas.

**Palavras-Chave:** abstração computacional; arquivo colonial; arquivo pós-colonial.

#### ABSTRACT

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil. Bolsista de Doutorado do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1529-0181>. E-mail: [vargasvinicius2@gmail.com](mailto:vargasvinicius2@gmail.com).

*In this article, contradictions present in hegemonic digital platforms are investigated, as they simultaneously promote neoliberal interests and progressive ideologies of equality, freedom, and social empowerment. Drawing on Povinelli's (2011; 2023) reflections on semiocapitalism, colonial/postcolonial archives, and the concept of the quasi-event, the text analyzes how computational abstractions (Selbst et al., 2019; Malazita & Resetar, 2019) and affordances contribute to the lack of recognition and autonomy of users. Computational abstraction is addressed here as a mechanism that, by suppressing identity and social aspects, restricts the participation of marginalized groups and enables the capture, measurement, and commercialization of personal data. Thus, the article highlights that, despite the promises of emancipation frequently associated with the web, these remain in a state of latency, while market interests continue to prevail. In contrast, the text also presents forms of resistance, such as the indigenous software described by Povinelli (2011; 2023), which, by incorporating users' identities as input into the algorithm, suggests alternatives to hegemonic interfaces.*

**Keywords:** *computational abstraction; colonial archive; post-colonial archive.*

*"As ferramentas da casa-grande nunca derrubarão a casa-grande"*

*Audre Lorde (1984)*

## **1. Introdução**

No decorrer do século XX, os estudos da linguagem se dedicaram, em parte, a questionar a tecnicidade de seu objeto, no sentido de que este não seria mero reflexo de uma realidade objetiva. Nesse processo, a linguagem foi compreendida a partir de perspectivas pragmáticas e discursivas, tendo como foco sua função tanto ideológica quanto instrumental. Na transição para o século XXI, um novo componente linguístico, de natureza distinta e hermética, passou a coexistir junto às práticas cotidianas dos/as falantes: o código computacional. Afinal, conforme dinâmicas linguísticas mediadas por tecnologias se intensificaram, algoritmos assumiram um papel central na circulação discursiva e na configuração de novas escalas pragmáticas (Santos, 2023). Esse fenômeno suscita questionamentos semelhantes sobre o caráter técnico das linguagens algorítmicas; nesse quadro, algoritmos não são meros intermediários (Dijck, 2013), mas reproduzem e reforçam dinâmicas de poder

(Povinelli, 2023). O debate em torno dessas implicações não é recente. Conforme apontado em Winner (1980/2017: 121):

Em controvérsias sobre tecnologia e sociedade, não há ideia mais provocativa do que a noção de que as coisas técnicas possuem qualidades políticas. O que está em questão é a afirmação de que as máquinas, estruturas e sistemas da cultura material moderna podem ser avaliados de forma precisa não apenas por suas contribuições à eficiência e produtividade, nem meramente por seus efeitos colaterais positivos e negativos sobre o meio ambiente, mas também pelas maneiras nas quais eles podem incorporar formas específicas de poder e autoridade.

Considerando esse cenário, argumento neste artigo que plataformas hegemônicas, como as da empresa Meta, desempenham um papel ativo na manutenção de desigualdades que afetam grupos historicamente marginalizados. Simultaneamente, exploro como os discursos de liberdade e empoderamento associados às novas mídias, frequentemente, ocultam a reprodução e o fortalecimento de estruturas neoliberais no contexto do sistema mundo moderno-colonial.

O objeto deste artigo não está especificamente na reconfiguração de identidades promovida por plataformas digitais hegemônicas (Jones, 2021) ou em alternativas locais de interação computacional que divergem do caráter impessoal dessas (Povinelli, 2023), mas na tensão entre esses dois fenômenos, onde o potencial emancipatório, prometido pelas tecnologias digitais (Andrejevic, 2014; Tufekci, 2017), conflitua com objetivos de mercado, expondo a internet como uma infraestrutura neoliberal (Blommaert, 2019). O objeto deste trabalho se insere, portanto, em um contexto histórico em que a promessa de empoderamento das minorias por meio das novas tecnologias digitais, ao final do século XX, via conexões globais e potencial de amplificação para vozes periféricas, não se efetivou; tomando as palavras de Povinelli (2023), um quase evento, uma realização indefinidamente adiada. A esse respeito, ainda é relevante mencionar que, contraditoriamente às promessas de emancipação, o meio digital foi instrumentalizado por arquiteturas computacionais desenhadas para outras finalidades menos nobres, como a coleta e a comercialização de dados pessoais.

Quanto à composição do artigo, apresento uma revisão de Povinelli (2011; 2023) como eixo central, a partir do qual se ramificam desdobramentos sobre mídias e identidades. Na segunda sessão, explorando esse recorte conceitual, corroboro a autora, apontando para softwares indígenas australianos como exemplos de forças contrárias ao semiocapitalismo. Além disso, discuto o modo como corporações de tecnologia computacional substituem identidades de usuários/as por dados estruturados (Zikopoulos; Eaton, 2011) e mensuráveis (Jones, 2021), voltados para seu objetivo fim como empresas de anúncios: a comercialização de dados pessoais relacionados a

tipos e preferências. Na terceira seção, a partir de Povinelli (2023), introduzo temas centrais à discussão como a dicotomia entre arquivo colonial e arquivo pós-colonial, bem como o papel do *diferinte*<sup>2</sup>, que emerge como uma força contrária a hegemônias reguladoras. Ainda considerando Povinelli (2023), exponho mídias digitais como expressões do poder arcôntico, exercendo controle sobre o que pode ou não ter lugar na organização contemporânea, governando sem parecer governar. Na quarta seção, examino como o conceito de "quase evento" (Povinelli, 2023) evidencia a relutância das mídias digitais hegemônicas em promoverem inclusão efetiva, perpetuando uma alienação programada (Lanier, 2010) por meio de abstrações e *affordances* coloniais. Além disso, discuto como o design algorítmico de plataformas como Facebook e Google reflete e mantém práticas coloniais, mascarando essas práticas com discursos de liberdade e igualdade.

## 2. Semiocapitalismo, abstrações computacionais e identidades

Em *Geontologias: um requiém para o liberalismo tardio*, mais especificamente no capítulo sexto, *O download do Sonhar*, Povinelli (2023), ao relatar um sobrevoo sobre as terras indígenas Karrabing<sup>3</sup>, durante levantamento topográfico destinado à exploração mineral da área, destaca relações parasitárias entre o capital extrativista e os proprietários originais da terra. A autora então cita as imagens capturadas para o estudo topográfico, via smartphones, como ilustrativas do *semiocapitalismo*, ou seja, da mecanização de signos imateriais — a exemplo de dados digitais — como principais objetos de produção e apropriação do capital na contemporaneidade. A respeito do tema, Berardi (2009), tomando por referência Rosa Luxemburgo e a expansão contínua do capitalismo, destaca o esgotamento da expansão externa do capital sobre territórios físicos e objetos materiais, o que levou à conquista dos espaços internos “da mente, da alma e do tempo” (Berardi, 2009:69). O autor afirma que a aceleração das tecnologias digitais torna essa dinâmica ainda mais crítica: a mente humana enfrenta dificuldades para se adaptar ao ritmo de trabalho imposto pela máquina. Retomando o termo utilizado por Povinelli (2023), o *capitalismo cognitivo* incide justamente sobre a incapacidade do *cognitariado*<sup>4</sup> atender às demandas do cibertempo capitalista, resultando em

<sup>2</sup> Conforme apontado em Costa (2019), “*diferinte*” refere-se ao termo original “otherwise” (POVINELLI, 2016) como “sugestão de tradução proposta por Eduardo Viveiros de Castro, Déborah Danowski e Juliana Fausto a propósito da entrevista realizada por ocasião do Colóquio Internacional Os Mil Nomes de Gaia – Do Antropoceno à Idade da Terra.” (COSTA, 2019, p.144). De acordo com Kehr (2021, p.28), “the otherwise is that which slightly disturbs the hegemonic order of things, and thereby opens up the potential for change”.

<sup>3</sup> Karrabing: coletivo composto por indígenas australianos Emmiyangal e Belyuen, do qual também faz parte a antropóloga Elizabeth Povinelli.

<sup>4</sup> Termo utilizado por Berardi (2009) para se referir ao proletariado em contextos informacionais/digitais.

saturação da atenção humana e, conseqüentemente, patologias mentais. Ela realça que conceitos como semiocapital ou capital informacional “ênfatizam os poderes cognitivos e simbólicos na produção, circulação e uso das commodities no semiocapitalismo” (Povinelli, 2023:231) e ainda, referenciando Berardi (2009), aponta para a *necessidade de que forças contrárias reconfigurem o agenciamento operante deste capital cognitivo*.

Ilustrando esse último ponto, Povinelli (2023) menciona duas plataformas digitais: o *Projeto Transmídia Karrabing* e o software *Ara Irititja*. O primeiro, uma biblioteca viva (aberta a atualizações), exibe, por meio de georreferenciamento, conteúdos específicos a depender do local em que se encontra o/a usuário/a. Entretanto, essa não é a única inserção de um marcador contextual na dinâmica do algoritmo, esse sistema apresenta também diferentes níveis de acesso, variáveis conforme os perfis identitários daqueles que o utilizam. Mais especificamente, há três interfaces distintas, adaptando-se as informações com base no perfil de quem navega – seja turista, parte da administração territorial ou membro da comunidade indígena. O segundo, *Ara Irititja*, software desenvolvido para as comunidades *Anangu Pitjantjatjara* na Austrália Central, implementa restrições de acesso a dados específicos como estratégia voltada à proteção de determinadas sensibilidades culturais. Tais barreiras e permissões levam em conta fatores identitários, como senioridade e gênero, que, incorporados ao design computacional da interface, condicionam diferentes níveis de navegação. Povinelli (2023) destaca que esses modelos de estruturação e exibição de dados condicionam os/as usuários/as a vivenciarem, no mundo digital, seus lugares sociais no mundo offline. Os algoritmos, nesses casos, correspondem a certas dinâmicas e regras sociais, sendo especialmente importantes para comunidades tradicionais que, constantemente, lidam com a exposição de conhecimentos e práticas culturais a turistas, membros administrativos, entre outros. Segundo a autora, ambas as interfaces se contrapõem “à lógica dominante que governa os arquivos on-line” (Povinelli, 2023: 239), marcada, entre outros, pelo discurso de acesso igualitário e irrestrito.

Softwares multimídias como o *Projeto Transmídia Karrabing* e o *Ara Irititja* expõem, por comparação, o modo de operação de redes sociais hegemônicas no que diz respeito às identidades de seus/suas usuários/as, afinal, nessas plataformas, são operações algorítmicas, a partir de preferências fornecidas pela navegação, que definem perfis identitários, voltados à personalização e comercialização de conteúdo. Na contramão, os softwares indígenas mencionados por Povinelli (2023) integram de antemão a identidade de usuários/as em suas operações metapragmáticas, ou seja, onde o algoritmo se autorregula quanto a escalas, permissões e restrições. A esse respeito, conforme apontado em Santos (2023:110):

a escolha por modelos de design homogeneizados, não customizáveis [...], que a princípio poderiam sugerir uma equidade democrática, contribui, na modulação e abstração computacional, para a omissão de marcas identitárias e conseqüentemente o apagamento simulado das diferenças. Nesse sentido, padronizar interfaces e seus affordances é pressupor que as plataformas de comunicação digital pairariam acima das diferenças e das estratificações sociais.

Povinelli (2023) explica como a codificação computacional implementa restrições e permissões com base em parâmetros socioculturais previamente estabelecidos a partir da linguagem *Ontology Web Language* (OWL)<sup>5</sup>. Ela aponta para a OWL como capaz de operar dados de entrada e saída, refletindo complexidades identitárias e sociais. Esse sistema permite a modelagem de classes e subclasses<sup>6</sup>, de modo a designar relações de pertencimento a este ou àquele determinado grupo. Por exemplo, uma classe em OWL pode ser declarada<sup>7</sup> para representar um grupo amplo como *pessoa*, na qual se incluem quaisquer indivíduos, mas também definir subclasses específicas como *indígena* ou *turista*, a partir das quais se estipula restrições específicas de conteúdo para cada usuário/a. A partir de linguagens computacionais ontológicas como a OWL, interfaces digitais podem configurar o acesso a informações, correspondendo, no contexto digital, às diferenças e, conseqüentemente, às assimetrias sociais.

Assim, Povinelli (2023) destaca outras vias possíveis para a arquitetura de plataformas digitais. A partir disso, evidencia-se que algoritmos de interação não são ocorrências aleatórias; o que se opta por abstrair, a exemplo das identidades de usuários/as, é resultado de escolhas intencionais, com objetivos evidentemente definidos. *Abstração computacional* é um conceito empregado na engenharia de software para designar a omissão ou simplificação de determinados aspectos de um sistema, favorecendo outros considerados mais relevantes (Selbst *et al.*, 2019; Malazita; Resetar, 2019). Trata-se de uma atividade indispensável, visto que softwares não conseguem abranger toda a complexidade de um problema ou contexto. No entanto, abstrações não estão restritas a particularidades técnicas como classes, subclasses e operadores lógicos; mas também se desdobram, por consequência, sobre aspectos sociais relevantes, podendo gerar resultados indesejados. Selbst *et al.* (2019) explicam

<sup>5</sup> OWL (Web Ontology Language) é uma linguagem para modelar ontologias que organiza classes, propriedades e restrições, permitindo descrever conceitos, relacionamentos e condições com suporte a raciocínio lógico automatizado. Ver Antoniou e Harmelen (2009).

<sup>6</sup> Em linguagens de programação como OWL, uma classe é uma categoria de abstração que descreve um conjunto de elementos que compartilham certas propriedades ou características. Uma subclasse é uma especialização de uma classe, ou seja, herda todas as características da classe principal, podendo, entretanto, apresentar propriedades adicionais ou restrições mais específicas

<sup>7</sup> Na linguagem de programação, "declarar" é o termo utilizado para se referir à criação de um elemento da ontologia (como uma classe, propriedade ou indivíduo) para que ele passe a existir e seja reconhecido pelo sistema.

que sistemas computacionais frequentemente falham ao tentarem modelar critérios sociais complexos, como igualdade ou justiça, pois as nuances desses parâmetros estão desconsideradas nas camadas de abstração.

Se, por um lado, em contraste com os softwares indígenas relatados, algoritmos de plataformas hegemônicas abstraem as identidades em razão de uniformização ou democratização de acesso e recursos, por outro, um modelo simulado para construção de marcadores sociais está no centro de suas operações e objetivos. O ponto que pretendo destacar aqui é que, ao abstrair as identidades desde o input inicial, essas plataformas são capazes de simulá-las, em outras escalas, de maneira mensurável e estruturada, atendendo, assim, à sua finalidade de comercialização e direcionamento de conteúdo. Isso ocorre porque empresas, como as do grupo Meta, geram um conjunto de traços definidores dos/as usuários/as com base em variáveis como interações, geolocalizações e retenção de atenção. Como demonstra Jones (2020), o objetivo dessas operações é gerar categorias de pertencimento; no entanto, essas diferem das tradicionais categorias sociais que as pessoas utilizam para negociar suas identidades (Jones, 2020). Assim, elas não incorporam marcadores sociais como entradas explícitas nos códigos, como ocorre, por exemplo, na interface Karrabing, mas, os constroem artificialmente por meio de um sofisticado agregado de dados mensuráveis, extraídos de atos de fala on-line e acionamentos de *affordances*. Ademais, ao abstrair identidades e estruturar artificialmente marcadores sociais, algoritmos de plataformas hegemônicas reproduzem práticas coloniais, operando como ferramentas de controle e normatização.

### 3. Arquivos coloniais e pós coloniais

Em diálogo com Foucault e Derrida, Povinelli (2023) concebe o arquivo não como simples depósito de informações, mas como um espaço onde a memória e o poder são constantemente negociados. Nesse sentido, os softwares indígenas descritos pela autora exemplificam o conceito de *arquivo pós-colonial*, que, em contraste com o *arquivo colonial*, possui a capacidade de transformar normas sociais dominantes. O arquivo digital pós-colonial, dessa maneira, não apenas armazena histórias subalternizadas, mas também expõe as lógicas de exclusão e as práticas de preservação de objetos que refletem determinadas conformações sociais.

Assim, Povinelli (2011) compreende mídias digitais como expressões do poder arcôntico: “o poder de fazer e comandar o que acontece aqui ou ali, neste ou naquele lugar, e, assim, o que tem um lugar na organização contemporânea de uma lei que parece governar sem comandar” (Povinelli, 2011: 150). Sob essa perspectiva, o caráter arquivístico de mídias hegemônicas pode ser entendido em termos da sua capacidade de gerir o

tempo, o espaço e o alcance social da enunciação; ou seja, nessas interfaces, estamos, em larga medida, interagindo com enunciados sobre os quais operam regulações algorítmicas ideologicamente predefinidas por corporações do semiocapital. Ademais, o arquivo digital colonial não seria aquele em que se negam ou se omitem as vozes periféricas de um passado-presente colonial, mas o que as agencia, determinando suas escalas; em sintonia com Dijk (2013: 29): “uma plataforma é um mediador e não um intermediário: ela molda o desempenho de atos sociais em vez de apenas facilitá-los”.

Ao incorporar as diferenças em sistemas particulares de governança, o semiocapitalismo, por meio de arquivos digitais coloniais, encampa os próprios embates entre o centro, do qual faz parte, e as periferias, agenciando, a partir de então, redes discursivas e disputas pragmáticas. Como uma contravenção a esse modo operacional, o arquivo pós-colonial, atuando como uma força diferente, pode confrontar a hegemonia de interfaces dominantes, inserindo *outras maneiras* para a instrumentalização algorítmica. A biblioteca interativa Karrabing, por exemplo, demonstra como a criação de novas formas de armazenamento, preservação e interação pode redefinir espaços e tempos arquivísticos, como uma perturbação na norma, persistindo e, assim, alterando configurações de poder estabelecidas. Parafraseando a *Biblioteca de Babel* de Borges, Povinelli diz que:

A mulher que repentinamente atravessa uma parede para dentro de uma biblioteca hexagonal não vai apenas encontrar um lugar na estante como também construirá um novo tipo de estante, talvez uma estante digital, em nada parecida com uma estante, especialmente se a estante aparece ou desaparece a depender da posição de quem olha. (Povinelli, 2011: 153)

Povinelli (2023) explicita que os arquivos digitais pós-coloniais seriam aqueles em que não se perpetua a manutenção das dinâmicas de controle e normatização, apontando para sistemas algorítmicos alternativos, como o *Projeto Transmídia Karrabing* e o *Ara Irititja*. A partir disso, entende-se que, em contextos digitais, designs de interação coloniais operam como forças de contenção da emergência do *diferente*; isso ocorre porque, ao abstrair identidades de um lugar para simulá-las em outro, rearranjar e redistribuir os modos de engajamento e direcionar o fluxo discursivo e as escalas pragmáticas para finalidades econômicas, esses sistemas desestabilizam os contextos, a arquitetura semiótica e, conseqüentemente, a força ilocucionária das classes marginais. O algoritmo colonial, objetivado comercialmente para reter dados de usuários, aliado a discursos de liberdade e igualdade da web, coloca as promessas de emancipação das periferias em uma contingência, na qual padrões estabelecidos nunca são efetivamente rompidos: o quase evento.

#### 4. O motor do quase evento

O empoderamento das periferias via mídias digitais pode se enquadrar no que Povinelli (2023) entende por *quase evento*, uma promessa contínua que nunca de fato “perfura o horizonte do aqui e agora” (Povinelli, 2023:49). Os modelos de interação hegemônicos, enquanto instrumentos do semiocapital, estão sempre “redirecionando e exaurindo a emergência” (Povinelli, 2023:49) de inclusão efetiva, de oportunidades inéditas para participação social e projeção midiática de grupos subalternizados.

A uniformização prévia das configurações de perfil em arquivos digitais coloniais, visualmente representada por marcadores temporários (*placeholder user icons*); a ausência de opções para ajuste nas variáveis dos algoritmos, a exemplo da impossibilidade de gerenciar os conteúdos recebidos; o aprisionamento tecnológico (Lanier, 2010) de *affordances* nas interfaces dominantes, tais como mecanismos de curtir e compartilhar; o incentivo ao anonimato; a abstração de identidades a favor de uma simulação estruturada e mensurável são apenas algumas entre muitas manifestações da lógica algorítmica que abstrai o reconhecimento e a autonomia dos/das usuários/as.

Se por um lado, ideias de igualdade, liberdade e acesso irrestrito, que permeiam as ideologias do Vale do Silício e, em grande medida, o discurso ordinário a respeito do tema, são apresentadas como medidas positivas, de viés democrático, por outro, eventos discriminatórios são constantemente promovidos pelos seus próprios algoritmos, como exemplifica Noble (2018). A autora aponta que o código do Google reforça narrativas sexistas e racistas, exemplificando que ao pesquisar o termo “black girls” nesse motor de buscas, foram apresentadas imagens pornográficas como resultado. Nas palavras de Noble (2018:14):

Parte do desafio de compreender a opressão algorítmica é entender que as formulações matemáticas para impulsionar decisões automatizadas são feitas por seres humanos. Embora frequentemente pensemos em termos como “big data” e “algoritmos” como sendo benignos, neutros ou objetivos, eles estão longe de ser isso. As pessoas que tomam essas decisões possuem todos os tipos de valores, muitos dos quais promovem abertamente o racismo, o sexismo e noções falsas de meritocracia.

Poderíamos argumentar que o algoritmo, nesse contexto, reitera ou incorpora ideologias coloniais. Mais apropriado, no entanto, seria compreendê-lo não como mero reflexo ou veículo, mas como parte da cultura material moderna, agentes pragmáticos dos desejos ilocucionários do semiocapital. Conforme apontado em Santos (2023), enunciações ordinárias em ambientes digitais não são performadas sem a coatuação algorítmica, uma vez que o meio determina escalas de tempo, espaço e alcance social, como também fornece este ou aquele *affordance* de interação, abstrai esta ou aquela particularidade social.

A agência algorítmica, entretanto, é parcialmente contestada por autores/as que apontam suas consequências sociais como, em parte, resultado

de efeitos não previstos inicialmente pela engenharia do software. A esse respeito, Cesarino (2022) destaca que os algoritmos frequentemente produzem efeitos sociais que fogem da previsão ou do controle de seus desenvolvedores. Cesarino (2022), por exemplo, ao tratar de como plataformas digitais moldam dinâmicas sociais, expõe que "o problema não está naquilo que as plataformas e seus peritos dizem que conseguem fazer. Está, antes, naqueles efeitos que eles não conseguem prever nem controlar diretamente" (Cesarino, 2022:73). De modo semelhante, Jones (2020:7) ressalta que, "embora os objetivos gerais dos sistemas algorítmicos reflitam amplamente as intenções de seus programadores humanos, [...] às vezes acabam alcançando objetivos mais amplos de maneiras específicas que os programadores podem não ter antecipado". Tanto Cesarino (2022) quanto Jones (2020), entretanto, não apontam para possibilidades de alterações em códigos, auditorias ou, mais precisamente, o porquê de códigos, muitas vezes, continuarem a gerar este ou aquele efeito socialmente indesejado. Por outro viés, Seaver (2017) oferece um ponto de vista que contrasta com o caráter fixo dessas abordagens. O autor, ao tratar de processos de auditoria, entendidos como um filtro humano através do qual impactos éticos ou sociais críticos são ajustados no código, aponta que auditores podem regulá-lo, mesmo que não expliquem conclusivamente como um impacto desigual ocorreu, ou ainda, que "tornar os algoritmos responsáveis muitas vezes significa literalmente mudá-los" (Seaver, 2017:6).

Outro exemplo sobre como arquivos hegemônicos operam na manutenção de discursos e práticas tipicamente coloniais está no seguinte relato de Nurik (2019). De acordo com a autora, a autorregulação do Facebook não reconheceu como ameaçadores comentários de usuários tais como: "a menininha precisa ficar na dela antes que o papai quebre o rosto dela" (Nurik, 2019: 2890). Segundo Nurik (2019), os próprios processos de moderação de conteúdo das redes sociais "são pouco claros, subjetivos e discriminatórios" (Nurik, 2019: 2879). De acordo com Murphy e Cacace (2020), responsáveis por coordenar a auditoria do algoritmo do Facebook após pressão de membros do congresso americano e outras instituições sociais, a empresa informou a atuação em quatro frentes para a promoção de equidade e inclusão em sua inteligência artificial: "(1) criar diretrizes e ferramentas para identificar e mitigar vieses não intencionais; (2) pilotar um processo de consulta sobre justiça; (3) participar de engajamentos externos; e (4) investir na diversidade da equipe de IA do Facebook" (Murphy; Cacace, 2020:77).

Essas iniciativas, entretanto, atuam superficialmente, uma vez que não alteram os mecanismos pelos quais as mídias conciliam expectativas de emancipação com agendas neoliberais; elas são como um motor do quase evento, que, ao invés de promover capacidade de agência a grupos minoritários, perpetua uma alienação programada. Conforme apontado por Lanier (2010), o design computacional da Web 2.0 está orientado para a

alienação do sujeito, transformando-o antes em uma extensão da arquitetura algorítmica do que tornando-o autônomo perante a rede de dados. Desse modo, grandes corporações, como o Google e a Meta, se alinham à perpetuação de práticas perniciosas do mundo moderno-colonial, expondo-se como o que de fato são, braços fortes do semiocapitalismo.

Casos como os relatados por Noble (2018) e Nurik (2019), em certa medida, evidenciam a maneira pela qual a *web*, de forma ampla, perpetua práticas coloniais, cerceando a emancipação de determinados grupos sociais. Isso contrasta nitidamente com o discurso progressista que promovem, centrado em valores como igualdade, liberdade e acesso irrestritos. Esses comportamentos algorítmicos reincidentes corroboram o tom derridiano adotado por Povinelli (2011) na distinção entre arquivos coloniais e pós-coloniais, pois, para ela, ao gerenciar escalas, definir ferramentas de interação, abstrair essa ou aquela particularidade social, interfaces do semiocapital operam à maneira do *poder arcôntico*. Assim, o que define o traço colonial ou pós-colonial de um arquivo está na sua capacidade de “preservar ou desafiar a organização atual do poder” (Povinelli, 2011:151).

Evocando a lógica lacaniana de um conteúdo que permanece sempre incompleto, o arquivo se configura como “êxtase da descoberta rapidamente cedendo lugar à anomia da falta” (Povinelli, 2023:237). A barra de rolagem infinita, presente em interfaces hegemônicas, ilustra essa dinâmica como um *affordance* colonial que visa à manutenção constante da atenção. Embora simule uma mobilidade contínua, ela aprisiona o/a usuário/a em um permanente espaço de imobilidade. Diante do exposto até aqui, evidencia-se, portanto, que o quase evento digital coloca em xeque o otimismo com que a *web* foi recebida na virada do século, destacando-se a importância de se questionar “como o design dessas tecnologias dirige e limita o futuro” (Povinelli, 2023:249).

## 5. Considerações finais

Este artigo, de natureza bibliográfica, teve como objetivo desdobrar algumas questões apresentadas por Povinelli, tanto no artigo *The woman on the other side of the wall: archiving the otherwise in postcolonial digital archives* (2011) quanto no sexto capítulo do livro *Geontologias: um réquiem para o liberalismo tardio* (2023). Mais especificamente, essa abordagem se desenvolveu a partir da articulação entre temas explorados pela autora, como o semiocapitalismo, os arquivos coloniais e pós-coloniais e o conceito de “quase evento” com questões relacionadas a abstração computacional e *affordances* digitais, tópicos que venho investigando nos últimos anos. A citação de Audre Lorde (1984), utilizada como epígrafe deste texto, ilustra a hipótese que tento arranhar aqui: as ferramentas digitais hegemônicas vêm acompanhadas de

promessas de empoderamento, enquanto, na realidade, perpetuam a expansão do capitalismo, invadindo as esferas da mente e do simbólico. Desse modo, parafraseando Lorde (1984): por que os agentes do centro forneceriam os algoritmos para a emancipação das periferias?

O aprisionamento tecnológico não se restringe à falta de autonomia dos/as usuários/as. Como apontado por Lanier (2010), ele incide também sobre as próprias interfaces da *web* e seus modelos homogêneos de interação, presentes tanto nas plataformas da Meta, quanto em outras como TikTok ou VK<sup>8</sup>. O aprisionamento tecnológico, envolvendo tanto humanos quanto máquinas, é de fato tão poderoso e encontra-se tão profundamente enraizado, que nos impede de conceber possibilidades alternativas, de imaginar outras formas de estar, ser ou atuar no ambiente algorítmico. A respeito de outros modelos possíveis, Lanier (2010) observa que, na década de 1990, foram propostas dezenas de outras configurações para redes digitais, como Xanadu e General Magic, que poderiam ter oferecido maior controle e autonomia aos usuários. Entretanto, segundo o autor, prevaleceu o design proposto por Tim Berners-Lee<sup>9</sup>, que, mais tarde, se transformaria no modelo de *web* utilizado atualmente, caracterizado por centralização de dados e despersonalização do/a usuário/a. Um quarto de século depois, a discussão apresentada por Povinelli (2011; 2023) a respeito de interfaces pós coloniais, como o *Projeto Transmídia Karrabing* e o software *Ara Irititja*, oferecem novas direções para pensarmos um papel emancipador que as mídias ainda podem desempenhar.

Sonha-se que, se feito de maneira correta, com comprometimento firme e rigoroso, um arquivo digital pós-colonial pode criar novas formas de armazenamento e preservação e novos tempos e espaços de arquivo, nos quais um diferente social pode perdurar e, portanto, modificar as formações sociais vigentes de poder<sup>10</sup>. (Povinelli, 2011:153)

A esse respeito, há um ponto que parece inegociável: enquanto o liberalismo tardio continuar a definir as dinâmicas algorítmicas, as mídias permanecerão alimentando um quase evento transformador. Povinelli (2023) demarca, explicitamente, o arquivo colonial – em contraposição ao arquivo pós-colonial – como aquele que apresenta livre e ilimitado acesso aos/às usuários/as. Mas, de acordo com ela, nesse caso, “livre acesso quer dizer livre de figuração social” (Povinelli, 2023: 244). Em outras palavras, enquanto se

<sup>8</sup> Rede social popular na Rússia.

<sup>9</sup> A Web, concebida por Tim Berners-Lee no início da década de 1990, foi projetada como uma plataforma baseada em ideologias de acessibilidade irrestrita e descentralização dos dados. Lanier (2010) aponta que esse design de interação estabeleceu as bases para posterior desvalorização de individualidades e incentivo ao anonimato, criando um ambiente em que as máquinas são protagonistas, enquanto pessoas ocupam um lugar secundário.

<sup>10</sup> No original: The dream is that, if done properly and with a rigorous and firm commitment, the postcolonial archive will create new forms of storage and preservation and new archival spaces and time, in which a social otherwise can endure and thus change existing social formations of power.

propagam discursos de liberdade, na prática, o que se realiza é o apagamento das identidades e das diferenças e, por conseguinte, o poder de arquitetar e controlar escalas de disputas sociais. Nesse sentido, a regulação dos meios digitais por iniciativas como o Projeto de Lei Nº 2630/2020 – que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, popularmente, Lei das Fake News, de autoria do Senador Alessandro Vieira (Brasil, 2023) – são lidas, ordinariamente, antes como um impedimento à liberdade, do que como limitação do poder e, conseqüentemente, dos danos produzidos por empresas do semicapital. Por exemplo, um dos pontos abordados nesse projeto de lei trata da obrigatoriedade imposta às empresas de tecnologia de customizar *affordances*, como a implementação de “opções disponíveis aos usuários para modificar os parâmetros de recomendação ou direcionamento [de conteúdo recebido]” (Brasil, 2023:n.p.). Por fim, as críticas impulsionadas por Povinelli (2011; 2023), aqui desdobradas sobre os temas de abstração computacional e *affordances* digitais, contrapõem-se às promessas de emancipação social das novas mídias, explicitando o papel do design algorítmico na manutenção ou na transformação das relações de poder.

## Referências

ANDREJEVIC, Mark. 2014. The big data divide. *International Journal of Communication*, 8:1673–1689. Accessed on 30/08/2024: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/2161/1163>.

ANTONIOU, Grigoris.; HARMELEN, Frank. 2009. Web Ontology Language: OWL. In: S. Staab; R. Studer (orgs.). *Handbook on Ontologies*. Berlin: Springer-Verlag.

BERARDI, Franco. 2009. *Precarious Rhapsody: Semicapitalism and the Pathologies of the Post-Alpha Generation*. London: Minor Compositions.

BLOMMAERT, Jan. 2019. *Diggitt Magazine*. Professor Jan Blommaert on Gramsci and the internet. Accessed on 01/08/2022: <https://youtu.be/mwHPW8KxVHI?si=ZnsNOBI2Td4wfgzg>.

BRASIL. 2023. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 2630/2020. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet*. Accessed on 07/09/2024: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2265334&filename=PR P%201%20=%3E%20PL%202630/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2265334&filename=PR%20P%201%20=%3E%20PL%202630/2020).

CESARINO, Leticia. 2022. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora.

COSTA, Alyne. 2019. *Cosmopolíticas da Terra: modos de existência e resistência no Antropoceno*. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DIJCK, José. 2013. *The culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford: Oxford University Press.

JONES, Rodney. H. 2020. The rise of the pragmatic web: Implications for rethinking meaning and interaction. In: Tagg C, Evans M (eds) *Message and Medium: English Language Practices across Old and New Media*. Amsterdam: Mouton de Gruyter. 17–37.

LANIER, Jaron. 2010. *You Are Not a Gadget: A Manifesto*. New York: Alfred A. Knopf.

LORDE, Audre. 1984. *The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House. Sister Outsider: Essays and Speeches*. Crossing Press.

MURPHY, Laura; CACACE, Megan. 2020. *Facebook's Civil Rights Audit – Final Report*. Accessed on 25/09/2024: <https://about.fb.com/wp-content/uploads/2020/07/Civil-Rights-Audit-Final-Report.pdf>.

NOBLE, Safiya. 2018. *Algorithms of Opression: how search engines reinforce racism*. New York: NYU Press.

NURIK, Chloé. 2019. “Men Are Scum”: Self-Regulation, Hate Speech, and Gender-Based Censorship on Facebook. *International Journal of Communication*, 13:2878–2898.

POVINELLI, Elizabeth. 2011. The woman on the other side of the wall: archiving the otherwise in postcolonial digital archives. *Differences*, 22(1):146-71. DOI: <http://doi.org/10.1215/10407391-1218274>. Accessed on: <https://read.dukeupress.edu/differences/article-abstract/22/1/146/9727/The-Woman-on-theOtherSideoftheWallArchiving?redirectedFrom=fulltext>

\_\_\_\_\_. 2016. *Geontologies: a requiem to late liberalism*. Durham: Duke Press.

\_\_\_\_\_. 2023. *Geontologias: um requiém para o liberalismo tardio*. São Paulo: Ubu.

KEHR, Janina. 2021. Toward the otherwise: Anthropology, politics, medicine. *Zeitschrift für Ethnologie*, 145(1): 27–46.

MALAZITA, James. RESETAR, Korryn. 2019. Infrastructures of abstraction: how computer Science education produces anti-political subjects. *Digital Creativity*, 30(4): 300-312.

SANTOS, Vinícius. 2023. Big techs, algoritmos de redes sociais e decorrentes impactos para a performatividade linguística. *Linguagem em Foco*, 15(3): 97-114.

SEAVER, Nick. 2017. Algorithms as culture: Some tactics for the ethnography of algorithmic systems. *Big Data & Society*, 4(2). Accessed on 30/08/2024: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2053951717738104>.

SELBST, Andrew. et al. 2019. Fairness and Abstraction in Sociotechnical Systems. In: FAT\* '19: *Conference on Fairness, Accountability, and Transparency*. Atlanta, GA, USA, 29–31 jan.



TUFEKCI, Zeynep. 2017. *Twitter and Tear Gas: the power and fragility of networked protest*. New Haven: Yale University Press.

WINNER, Langdon. 1980/2017. Artefatos têm política?. Trad: Débora Ferreira e Luiz Abrahão. *Analytica*, 21(2): 195–218.

ZIKOPOULOS, Paul; EATON, Chris. 2011. *Understanding Big Data: analytics for Enterprise Class Hadoop and Streaming Data*. New York: McGraw Hill.